



Colóquio Internacional

Racismo Institucional, Sistema de Justiça e Políticas Públicas no Peru e no Brasil

8 e 9 de julho 2021

Para explorar os temas de racismo institucional e direito, genocídio negro/genocídio da população negra e/ou antirracismo no sistema de justiça, analisando os contextos brasileiro e/ou peruano, assim como visibilizar posições e propostas contra-hegemônicas sobre a segurança pública, a diversidade e a interculturalidade, serão realizados dois eventos: 1) Colóquio Internacional “**Racismo institucional, sistema de justiça e políticas públicas no Peru e no Brasil: superando as abordagens comparativas**”, com a participação de acadêmicos, movimentos sociais e agentes estatais tanto do Brasil como do Peru a ser realizado nos dias 8 e 9 de julho; 2) chamada de artigos para edição da publicação “Antirracismo no sistema de justiça: estudos casos judiciais & artigos”, com prazo de entrega até o dia 20 de junho de 2021.

O colóquio contará com duas mesas temáticas de debate:

1) **Policimento racial, sistema de justiça e produção de dados:** A coleta e criação de dados, imagens e mapas (como nos mapas de manchas criminais ou *hotspots*, em inglês) é justificada por agências governamentais e acadêmicos sob a argumentação de que, a partir destes dados, o Estado poderia implementar e modo mais eficaz as políticas de segurança pública. Contudo, devemos questionar como essa abordagem contribui para que áreas da cidade e pessoas racializadas sejam associadas ao perigo e como a seletividade do sistema de justiça e o policiamento racial são os responsáveis conjuntos pela produção de número que mostram a desproporção no assassinato e encarceramento de pessoas negras. Em muitos momentos, o registro de imagens é feito de maneira contrária a lei, quando policiais fotografam e filmam pessoas sem autorização e no momento da prisão. Quais são os objetivos, análises conduzidas e políticas de gestão destes dados? Como podemos saber o uso que será dado a estas informações pela justiça e pela polícia? Em que medida a coleta de dados sobre populações “vulneráveis” contribui efetivamente para a melhoria de políticas públicas? Em que medida estes dados podem ser utilizados para sustentar o racismo institucional?

2) **Juventude, racismo institucional e políticas de segurança pública:** A juventude é assimetricamente afetada por processos do sistema de justiça condicionados pelo racismo institucional, uma vez que estas são instituições majoritariamente brancas. Os jovens negros do Brasil e do Peru são presos em maior frequência que outros grupos da população de ambos os países. No Brasil, o genocídio da população negra é um tema discutido pelo movimento negro.



Estas considerações nos levam a questionar: Qual é a papel do sistema de justiça na reprodução genocídio da juventude negra? Quais são as medidas que estão sendo implementadas ou que poderiam ser implementadas dentro do sistema de justiça para atacar o problema? Como a raça determina a criminalização de jovens pobres tanto no Brasil como no Peru? Como superar a tensão existente entre raça e classe social que leva a uma negação da primeira e afirmação da pobreza como elemento central na consideração da desigualdade social?

Participantes convidados:

- Ana Paula Sciamarella
- Arturo Huaytalla
- Bruno Muniz
- Cecília Oliveira
- César Bazán
- Daniele da Silva de Magalhães
- Danielle Araújo
- Eliza Pfucker
- Jacqueline Sinhoretto
- Lúcia Helena
- Mariela Noles
- Monique Cruz
- Rodrigo Pacheco
- Silvia Rodríguez Maeso

Comissão organizadora: Adriana Britto (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro); Bruno Muniz (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra); Daniele da Silva de Magalhães (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro); Danielle Pereira de Araújo (Centro de Estudos sociais, Universidade de Coimbra); Luana Coelho (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra); Maria Gabriela Peixoto (Fórum Justiça); Silvia Rodríguez Maeso (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra).

Nota

A pandemia pela Covid-19 levou o projeto POLITICS a repensar o seu modelo de Colóquio, previsto inicialmente para acontecer na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, entretanto, pela salvaguarda da saúde pública, a programação ocorrerá em versão virtual.



PROGRAMA

8 de julho

SESSÃO DE ABERTURA

(8:30-10:30, Peru; 10:30 - 12:30, Brasil; 14:30-16:30,-Portugal)

Rodrigo Pacheco	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
Silvia Maeso	Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (Projeto POLITICS)
Ana Paula Sciamarella	Fórum Justiça

MESA TEMÁTICA | POLICIAMENTO RACIAL, SISTEMA DE JUSTIÇA E PRODUÇÃO DE DADOS

(8:30-10:30, Peru; 10:30 - 12:30, Brasil; 14:30-16:30, Portugal)

Convidados	Instituição
Ana Paula Sciamarella (moderação)	Fórum Justiça
Jacqueline Sinhoretto	Universidade São Carlos
Lúcia Helena	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
César Bazán	Universidade de Freiburg
Mariela Noles	Universidade do Pacífico



MESA DE APRESENTAÇÃO E DEBATE DO ARTIGOS

(13:00-15:00, Peru; 15:00 - 17:00, Brasil; 19:00-21:00, Portugal)

Mediação: Bruno Barboza Muniz (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra)

Participantes a serem definidos a partir da seleção dos artigos submetidos.

9 de julho

MESA TEMÁTICA | JUVENTUDE, RACISMO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

(8:30-10:30, Peru; 10:30 - 12:30, Brasil; 14:30-16:30,-Portugal)

Convidados	Instituição
Danielle Araújo (moderação)	Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Cecília Oliveira	Fogo Cruzado
Arturo Huaytalla	Universidad Nacional Mayor de San Marcos
Eliza Pflucker	Presencia y Palabra
Monique Cruz	Justiça Global

MESA DE APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS CASOS JUDICIAIS

(13:00-15:00, Peru; 15:00 - 17:00, Brasil; 19:00-21:00,-Portugal)

Moderação: Daniele da Silva de Magalhães (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro)

Participantes a serem definidos a partir da seleção de casos.